

ÍNDICE DE MASSA CORPORAL PRÉ GESTACIONAL E GESTACIONAL EM MULHERES ATENDIDAS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE: ANÁLISE DESCRITIVA E COMPARATIVA ¹

Maria Eduarda Lêmes Mora², Ivana Loraine Lindemann³, Gustavo Olszanski Acrani⁴, Jossimara Poletini⁵

¹ Pesquisa Institucional desenvolvida no Grupo de Pesquisa Inovação em Saúde Coletiva: políticas, saberes e práticas de promoção da saúde - UFFS, da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil.

² Acadêmica de medicina da Universidade Federal da Fronteira Sul, mariaeduardalesmora@gmail.com - Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil.

³ Doutora, docente do curso de medicina da Universidade Federal da Fronteira Sul, ivana.lindemann@uffs.edu.br - Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil.

⁴ Doutor, docente do curso de medicina da Universidade Federal da Fronteira Sul, gustavo.acrani@uffs.edu.br - Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil.

⁵ Doutora, docente do curso de medicina da Universidade Federal da Fronteira Sul, jossimara.poletini@uffs.edu.br - Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil.

Introdução: sobrepeso e obesidade são grandes problemas de saúde pública e atualmente considerados a “epidemia do século XXI” segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS). No Brasil, o número de obesos aumentou mais de 60% entre 2006 e 2018 afetando especialmente as mulheres. Um dos fatores desencadeantes do aumento da obesidade em mulheres férteis no país é a gestação, sendo que o excesso de peso materno ocorre em 25 a 30% dos casos. Contudo, a elevada prevalência de obesidade e sobrepeso nos períodos gestacional e pré-gestacional pode determinar impactos negativos à saúde da gestante, como o aumento do risco de diabetes e hipertensão gestacionais, alterações cardiometabólicas futuras e obesidade pré-gestacional em gestações subsequentes. Além disso, recém-nascidos de mães obesas apresentam maior risco de parto pré-termo, e aumento da gordura corporal ao nascer, o que eleva o risco de obesidade infantil. Tendo em vista que no país esse é um problema em expansão, torna-se essencial avaliar o Índice de Massa Corporal (IMC) na gestação. **Objetivos:** descrever características sociodemográficas de gestantes atendidas na Atenção Primária à Saúde (APS) e comparar o IMC pré-gestacional e durante a gestação. **Metodologia:** trata-se de um estudo transversal, sendo um recorte de uma pesquisa realizada nas 34 unidades urbanas de saúde da APS da cidade de Passo Fundo, RS, Brasil, entre maio e agosto de 2019, por meio da aplicação de questionário previamente testado e codificado, a adultos e idosos que aguardavam atendimento. Os critérios de inclusão para o recorte foram: sexo feminino, gestante, maiores de 20 anos, residentes na área urbana do município e que utilizassem o serviço de APS. Mulheres que apresentassem deficiência que as

impedisse de responder ao questionário foram excluídas. As variáveis sociodemográficas analisadas foram: idade, cor da pele, situação conjugal, escolaridade, renda familiar per capita, hábitos e condições de saúde, e IMC pré-gestacional e gestacional, de acordo com critérios do Ministério da Saúde: $\leq 19,5$: baixo peso, $19,5 < 25,0$: adequado ou eutrófico, $25 \leq 30$: sobrepeso e ≥ 30 : obesidade. A análise estatística foi descritiva, compreendendo as frequências absolutas e relativas das variáveis e realizada no programa PSCP (de livre distribuição). O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da instituição proponente (parecer 3.219.633). **Resultados:** a amostra foi constituída de 71 gestantes, sendo a média de idade $27,7 \pm 6,1$ (20-42) anos, predomínio da cor da pele branca (63,4%), com companheiro (88,7%) e média de 3,8 moradores em domicílio. Mais de 1/3 das participantes estavam no segundo trimestre de gestação (36,6%). Todas referiram saber ler e escrever, com média de escolaridade de $10,7 \pm 3,2$ (1 a 20) anos completos de estudo com aprovação e a maioria (50,7%) relatou ter concluído nível médio de ensino. Em relação às atividades econômicas, observou-se que 50,7% das participantes não exerciam atividade remunerada (incluindo aposentada/pensionista) e, das 49,3% que trabalham ou recebem benefício, 47,9% atuam no comércio e 78,1% possuem renda domiciliar *per capita* < 1 salário mínimo. Quanto à autopercepção da saúde, 62% a consideram boa, 100% das gestantes referiram não praticar exercícios físicos, 57,7% relataram ter autopercepção de boa alimentação e 100% não reportaram hábito etilista ou tabagista. Em relação ao IMC pré-gestacional, observou-se 5,6% (4/59) das gestantes em baixo peso, 33,8% (24/59) eutróficas, 22,5% (16/59) em sobrepeso e 21,1% (15/59) em obesidade; quanto ao IMC gestacional, 1,4% (1/64) das gestantes se encontrava em baixo peso, 28,2% (20/64) eutróficas, 22,5% (16/64) em sobrepeso e 38% (27/64) em obesidade. **Conclusões:** as gestantes atendidas na APS apresentam-se na média de idade reprodutiva e a maioria relata que possui boa alimentação e saúde. No entanto, a porcentagem da obesidade no período gestacional aumentou em 80%. Essa observação pode estar relacionada à não realização de exercícios físicos por toda a população estudada. Logo, o estudo sugere a necessidade de melhorias no planejamento de ações de promoção de saúde e medidas de prevenção para evitar o sobrepeso e obesidade, a fim de beneficiar muitas gestantes quanto às consequências do ganho excessivo de peso na gestação.

Palavras-chave: Obesidade; Sobrepeso; Saúde da mulher; Ganho de peso gestacional.